



REA 2005 Portugal

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. PIB e alguns impactos associados
2. Eco-eficiência dos sectores económicos
3. Envelhecimento da população
4. Distribuição dos rendimentos
5. Despesa pública
6. Instrumentos de gestão ambiental

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

7. Emissão de gases com efeito de estufa
8. Precipitação e temperatura do ar à superfície
9. Energias renováveis

POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

10. Emissões de substâncias precursoras do ozono troposférico
11. Emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes
12. Qualidade do ar
13. Episódios de poluição por ozono troposférico
14. Poluição por partículas inaláveis

UTILIZAÇÃO E POLUIÇÃO DA ÁGUA

15. Captação e consumo de água
16. População com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas
17. Qualidade das águas superficiais e balneares

OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E BIODIVERSIDADE

18. Artificialização do solo
19. Espécies ameaçadas
20. Áreas classificadas
21. Agricultura biológica
22. Incêndios florestais

RESÍDUOS

23. Produção de resíduos urbanos
24. Recolha selectiva e destino dos resíduos urbanos
25. Valorização dos resíduos urbanos

RUÍDO

26. Diagnóstico relativo à situação dos mapas de ruído

O Instituto do Ambiente agradece
quaisquer comentários ou sugestões
para futuras edições.

Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal
Apartado 7585
2611-865 Amadora
T. 21 472 82 00
e-mail: geral@iambiente.pt

INTRODUÇÃO

O Relatório do Estado do Ambiente 2005 (REA 2005) é, pelo segundo ano, complementado com a edição de um livro de bolso, com uma abordagem sucinta dos 26 indicadores-chave que integram o REA.

Esta edição pretende salientar elementos de particular importância, resultantes da análise de cada um dos indicadores, disponibilizando-os aos decisores, aos técnicos e ao público em geral.







O REA 2005 – Livro de Bolso está disponível para download, em formato PDF (*Adobe Portable Document Format*), no sítio do Instituto do Ambiente (www.iambiente.pt). Mais informações acerca dos indicadores constantes desta publicação podem ser obtidas na versão integral do REA 2005, no mesmo sítio da Internet.

Para facilitar uma análise sintética da tendência dos diversos temas abordados, tendo como referencial a perspectiva do ambiente, foi utilizada uma avaliação qualitativa recorrendo à analogia a um semáforo.

- Tendência desfavorável
- Alguns desenvolvimentos positivos mas ainda insuficientes para atingir os objectivos e metas desejáveis
- Tendência positiva, progredindo em direcção aos objectivos e metas desejáveis

Caracterização Geral



INDICADOR	MODELO DPSIR*	TENDÊNCIA	SÍNTESE TEMÁTICA
PIB e alguns impactes associados	D/P		O objectivo de dissociar a geração de riqueza dos impactes negativos no ambiente ainda não foi atingido no nosso País, apesar de já se terem
Eco-eficiência dos sectores económicos	D		adoptado diversos mecanismos de resposta a esta situação.
Envelhecimento da população	E		A despesa em protecção social é a mais importante categoria de despesa pública por função, prevendo-se que, com o envelhecimento da população, as necessidades se venham a agravar.
Distribuição dos Rendimentos	E		Portugal é o país da UE-25 com a mais acentuada desigualdade na distribuição dos rendimentos tendo o Plano Nacional de Acção para a
Despesa Pública	R		Inclusão procurado atenuar esta realidade.
Instrumentos de Gestão Ambiental	R		A implementação crescente de mecanismos de adesão voluntária, conciliando o desenvolvimento e a protecção e melhoria da qualidade do ambiente, evidencia uma preocupação acrescida do sector empresarial na adopção de práticas de eco-gestão.

*** DPSIR**

D - *Driving forces* - Actividade Humana | **P** - *Pressures* - Pressão | **S** - *State* - Estado | **I** - *Impacts* - Impacte | **R** - *Responses* - Resposta

CARACTERIZAÇÃO GERAL

1

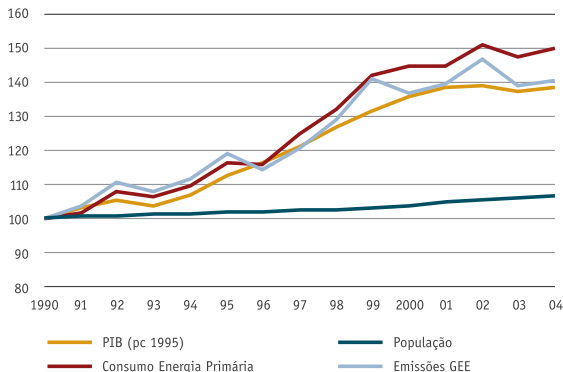


PIB e alguns impactes associados

- > Entre 1990 e 2004 o consumo de energia primária aumentou 50% e a emissão de gases com efeito de estufa (GEE) 40%;
- > De 2000 a 2004 verificou-se uma estabilização do crescimento económico, acompanhada de uma diminuição ou manutenção dos níveis de consumo de energia primária e de emissões de GEE;
- > Ao contrário das tendências na União Europeia, em que as intensidades energética e carbónica das actividades económicas diminuíram, em Portugal estes indicadores mantiveram-se ou aumentaram ligeiramente.

EVOLUÇÃO DO PIB E DA POPULAÇÃO E ALGUNS IMPACTES ASSOCIADOS

Índice (1990 = 100)

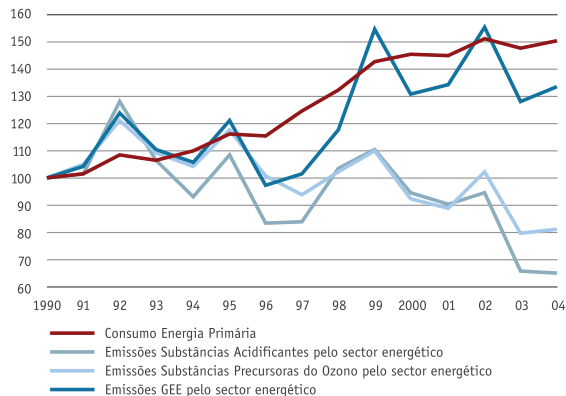


Fonte: INE, 2006; IA, 2006; DGGE, 2006

- > O sector da energia é o principal responsável pelas emissões de gases com efeito de estufa. Neste sector tem-se vindo a registar uma dissociação entre o aumento de consumo de energia primária e as emissões de substâncias acidificantes e precursoras do ozono;
- > Em 2004 as emissões associadas ao sector dos transportes mantiveram-se ou chegaram mesmo a diminuir para alguns poluentes;
- > No sector industrial a eco-eficiência tem-se mantido estável;
- > A eco-eficiência do sector agrícola tem melhorado ligeiramente ao longo dos últimos anos.

ECO-EFICIÊNCIA DO SECTOR ENERGÉTICO - PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA

Índice (1990 = 100)

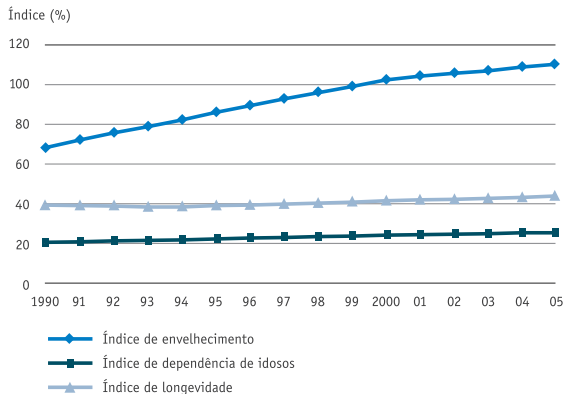


Fonte: IA, 2006; DGGE, 2006



- > Entre 1990 e 2005, o índice de envelhecimento em Portugal aumentou de aproximadamente 68 para 110 pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 jovens com menos de 15 anos;
- > Simultaneamente têm vindo a aumentar os índices de dependência de idosos e de longevidade e a esperança de vida à nascença;
- > Em 2005 os índices de envelhecimento mais elevados observaram-se nas regiões do Alentejo e Centro.

ÍNDICES DE ENVELHECIMENTO, DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS E DE LONGEVIDADE DA POPULAÇÃO



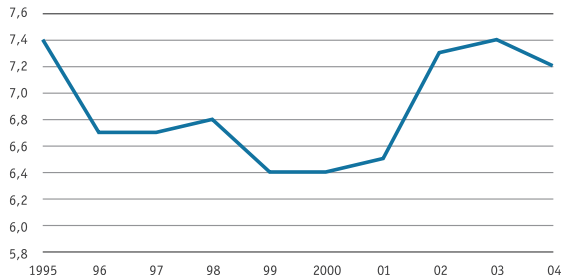
Fonte: INE, 2006



- > Portugal foi, em 2004 e nos 10 anos anteriores, o país da UE-25 com a maior desigualdade na distribuição dos rendimentos;
- > No período de tempo analisado (1995-2004), foi entre os anos 1996 e 2001 que se verificou uma menor desigualdade na distribuição dos rendimentos;
- > Portugal é um dos países, ao nível da UE-25, que tem registado as menores desigualdades salariais entre homens e mulheres.

DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS EM PORTUGAL

Desigualdade na distribuição de rendimentos em Portugal
(taxa de rendimentos da população com mais / população com menos)



Nota: A desigualdade na distribuição dos rendimentos é medida pelo quociente entre os 20% da população com maiores rendimentos e os 20% da população com menores rendimentos.

Fonte: Indicadores Estruturais - Eurostat, 2006

> De 1995 a 2004 verificou-se um crescimento de 80% das despesas totais das Administrações Públicas;

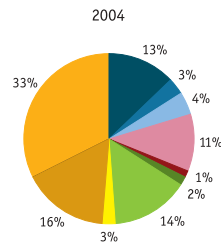
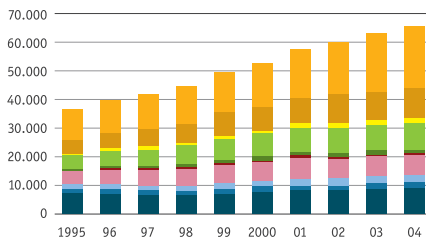
> Os níveis actuais da despesa pública podem ter reflexos na competitividade do País;

> A protecção social representou, em 2004, 33% das despesas totais das Administrações Públicas, ou seja 22% do PIB nacional;

> Entre os diversos domínios de gestão e protecção do ambiente, aqueles em que tem havido maior investimento são a gestão de resíduos, a gestão das águas residuais e a protecção da biodiversidade e paisagem.

DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, POR FUNÇÕES

Despesa da Administração Pública por funções (10⁶ Euro)



Nota: Desagregação por classes COFOG, *Classification of the Functions of Government* - sistema de classificação da desagregação funcional da Despesa Pública.

Fonte: INE, 2006



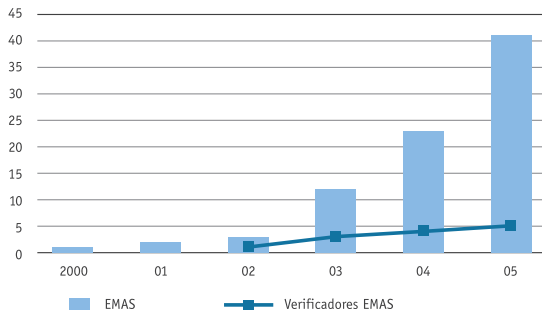
> Em 2005 foram certificados 149 Sistemas de Gestão Ambiental pela Norma ISO 14001, perfazendo 499 empresas certificadas por esta norma, e atribuídos certificados EMAS a 18 organizações, totalizando 41 registos;

> Em Portugal, existem cinco organizações acreditadas para efectuar verificações ambientais no EMAS e seis Organismos de certificação acreditados no SPQ para a ISO 14001;

> Até ao final de 2005 foi atribuído o Rótulo Ecológico Comunitário a um (ou mais) produtos de cinco empresas.

ORGANIZAÇÕES REGISTADAS NO EMAS (N.º ACUMULADO) E VERIFICADORES AMBIENTAIS ACREDITADOS PELO REGULAMENTO EMAS, EM PORTUGAL




Organizações registadas e Verificadores acreditados (%)



Fonte: IA, 2006; IPQ, 2006

Alterações Climáticas



INDICADOR	MODELO DPSIR*	TENDÊNCIA	SÍNTESE TEMÁTICA
Emissão de Gases com Efeito de Estufa	D/P		O ano de 2005 foi marcado pela entrada em vigor do Protocolo de Quioto e pela implementação do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO ₂ .
Precipitação e Temperatura do ar à superfície	E		As emissões de Gases com Efeito de Estufa sofreram um aumento de cerca de 40%, entre 1990 a 2004.
Energias renováveis	R		Os fenómenos meteorológicos extremos, nomeadamente a seca, que em 2005 se fez sentir de forma generalizada em todo o País, têm vindo a ocorrer com mais frequência. Para fazer face aos compromissos assumidos e para reduzir a dependência energética do País tem aumentado o esforço de produção de electricidade a partir de fontes renováveis. O Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2006), o comércio europeu de licenças de emissão e o Fundo Português de Carbono são instrumentos fundamentais para a resolução deste problema.

*** DPSIR**

D - *Driving forces* - Actividade Humana | **P** - *Pressures* - Pressão | **S** - *State* - Estado | **I** - *Impacts* - Impacte | **R** - *Responses* - Resposta



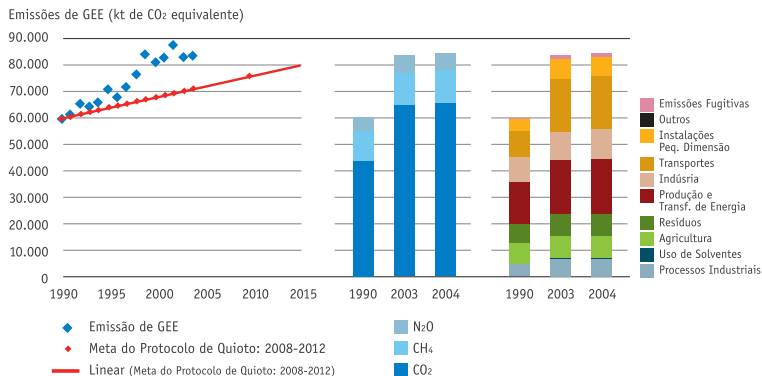
> De 1990 a 2004 as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) sofreram um aumento de cerca de 40%;

> Em 2004 as emissões de GEE encontravam-se 9,6% acima da meta de cumprimento do Protocolo de Quioto (27%);

> As principais fontes de emissão de GEE em Portugal têm estado associadas ao sector da produção e transformação de energia e ao sector dos transportes;

> Apesar de Portugal se encontrar entre os países da UE-25 com emissões de GEE *per capita* mais reduzidas, a intensidade carbónica da economia portuguesa é relativamente elevada.

PRINCIPAIS EMISSÕES DE GEE (CO₂, CH₄ e N₂O), POR POLUENTE E POR SECTOR DE ACTIVIDADE, E COMPROMISSOS PARA O PERÍODO 2008-2012



Nota: Os valores totais não entram em consideração com as emissões e remoções do LUCF (*Land-Use Change and Forestry* - Floresta e Alterações do Uso do Solo) e os "bunkers" internacionais.

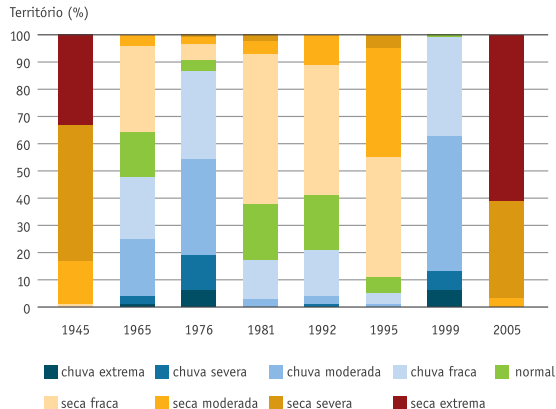
Fonte: IA, 2006

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

8 Precipitação e temperatura do ar à superfície

- > Em 2005 registou-se o valor mais baixo do total de precipitação anual desde 1931, tendo este ano sido classificado como extremamente seco;
- > A temperatura média do ar foi de 15,6 °C - 0,6 °C acima do valor médio de 1961-1990;
- > Desde 1970 que não se observava um Inverno tão frio como o de 2004/05;
- > O Verão de 2005 foi o mais quente dos últimos 75 anos.

TERRITÓRIO AFECTADO PELA SECA METEOROLÓGICA EM 30 DE SETEMBRO



Fonte: IM, 2006



> As fontes de energia renováveis (FER) que mais têm contribuído para o consumo total de energia primária em Portugal são a energia da biomassa e a energia hídrica;

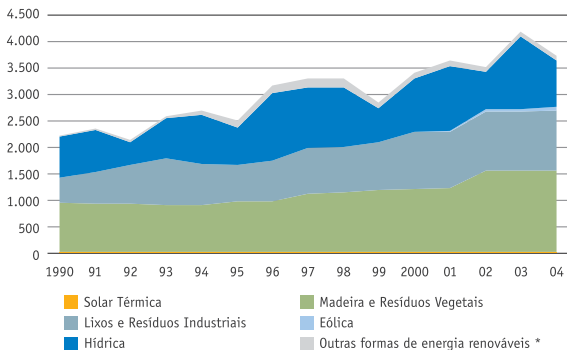
> A energia eólica tem vindo a apresentar a maior taxa de crescimento anual em comparação com as outras FER, desde 1996;

> A incorporação de FER no consumo bruto de energia eléctrica foi de cerca de 35%, tanto em 2004 como em 2005, para efeitos de cumprimento dos compromissos comunitários, aproximando-se da meta estabelecida para Portugal, de 39% em 2010;

> Portugal foi, em 2004, o 3º país da UE-15 e o 12º da UE-25 com maior percentagem de FER no consumo de electricidade.

CONTRIBUIÇÃO DAS FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS PARA O BALANÇO ENERGÉTICO

Contribuição das energias renováveis (ktep)








Nota: tep - tonelada equivalente de petróleo, equivalente a 10^7 kcal

* - compreende solar fotovoltaica, geotérmica de baixa e alta entalpia, bombas de calor, biogás e carvão vegetal

Fonte: DGGE, 2006

Poluição Atmosférica



INDICADOR	MODELO DPSIR*	TENDÊNCIA	SÍNTESE TEMÁTICA
Emissões de substâncias precursoras do ozono troposférico	P		A exposição a poluentes atmosféricos pode conduzir a impactes directos na saúde humana. De acordo com a "Estratégia Temática sobre Poluição Atmosférica" da UE, aprovada em 2005, os poluentes mais preocupantes são o ozono troposférico e as partículas, sendo, em Portugal, aqueles que mais contribuem para a deterioração da qualidade do ar. O acesso do público à informação sobre qualidade do ar e das suas consequências na saúde tem vindo a melhorar.
Emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes	P		
Qualidade do Ar	E		
Episódios de poluição por ozono troposférico	E		
Poluição por partículas inaláveis	E		

* **DPSIR**

D - *Driving forces* - Actividade Humana | **P** - *Pressures* - Pressão | **S** - *State* - Estado | **I** - *Impacts* - Impacte | **R** - *Responses* - Resposta



Emissões de substâncias precursoras do ozono troposférico

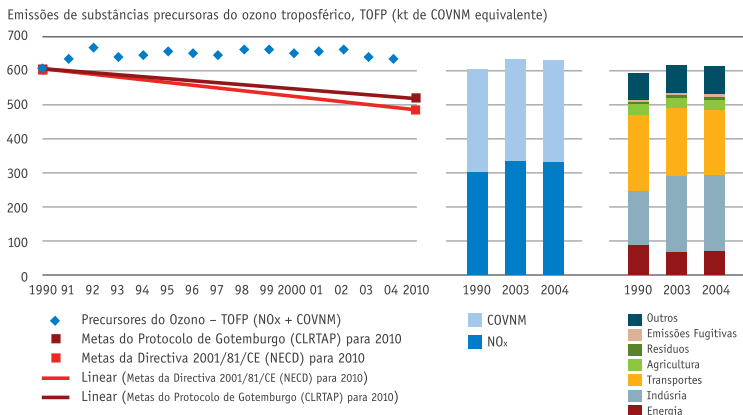
> O valor do "Potencial de Formação do Ozono Troposférico" em 2004 foi muito semelhante ao de 1990, com um aumento de apenas 4%;

> As emissões de substâncias precursoras de ozono troposférico têm-se mantido constantes; contudo Portugal continua longe dos compromissos assumidos para 2010 (18% acima da meta fixada);

> Os poluentes que mais contribuem para estas emissões são os óxidos de azoto (NO_x) e os compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM) representando, respectivamente, 47% e 42% do total emitido;

> A indústria e os transportes são as principais fontes de emissão de gases precursores do ozono troposférico, com uma contribuição conjunta de 68% para o total de emissões.

EMISSIONES AGREGADAS DE SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS DO OZONO TROPOSFÉRICO E METAS A ALCANÇAR EM 2010; DESAGREGAÇÃO POR POLUENTE E POR SECTOR DE ACTIVIDADE



Nota: Factores de ponderação em COVNM equivalente - TOFP (Potencial de Formação de Ozono Troposférico): NO_x = 1,22; COVNM = 1,00.

Fonte: IA, 2006

> No período de 1990 a 2004, as emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes decresceram cerca de 13%;

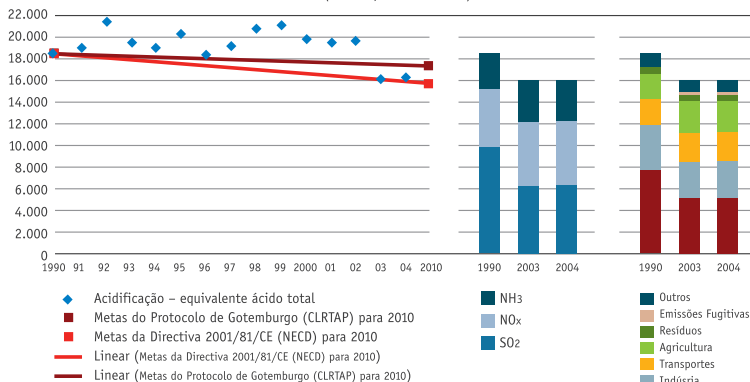
> Em 2003 e 2004, Portugal aproximou-se significativamente dos compromissos assumidos para 2010 no Protocolo de Gotemburgo e na Directiva Tectos de Emissão;

> O SO₂ e o NO_x foram os principais responsáveis pelas emissões das substâncias acidificantes, com 40 e 37%, respectivamente; o NH₃ contribuiu para 23% destas emissões;

> A principal origem destas emissões esteve associada, em 2004, ao sector da produção e transformação de energia (32%), seguido da indústria (22%) e do sector agrícola (19%).

EMISSIONES AGREGADAS DE POLUENTES ACIDIFICANTES E EUTROFIZANTES E METAS A ALCANÇAR EM 2010; DESAGREGAÇÃO POR POLUENTE E POR SECTOR DE ACTIVIDADE

Emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes (kt de equivalente ácido)



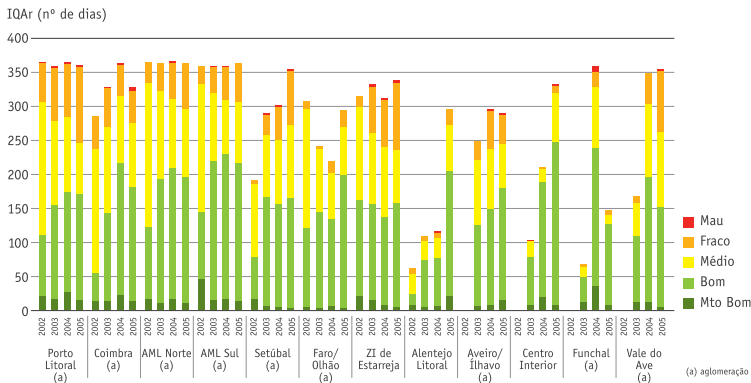
Fonte: IA, 2006



> A classe predominante do Índice de Qualidade do Ar (IQAr) em 2005, à semelhança dos anos anteriores, foi "Bom", sendo que os poluentes considerados para o cálculo deste índice são: CO, NO₂, SO₂, O₃ e PM₁₀;

> O número de dias em que o IQAr se apresentou "Fraco" ou mesmo "Mau", em 2005, foi assinalável, principalmente em zonas urbanas mais densamente povoadas ou com alguma importância industrial.

NÚMERO DE DIAS INCLUÍDOS EM CADA UMA DAS CLASSES DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO AR, POR ZONAS E AGLOMERAÇÕES E POR ANOS



Nota: Aglomerações - áreas de maior concentração populacional, com pelo menos duas estações - uma urbana de tráfego e outra urbana de fundo.

Zonas - áreas com pelo menos uma estação para avaliar a poluição de fundo e a poluição causada por eventos naturais.

Fonte: CCDR, 2006

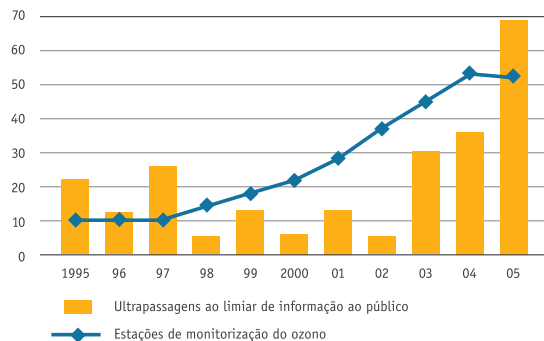


Episódios de poluição por ozono troposférico

- > Em 2005 verificaram-se 69 dias com ultrapassagens ao limiar de informação ao público para o ozono troposférico, ano com o maior número de dias de excedências registado na última década;
- > Neste ano, a zona que apresentou mais ultrapassagens ao limiar de informação ao público foi o Norte Interior, à semelhança do que já tinha ocorrido no ano anterior;
- > Nas regiões do Algarve e Alentejo praticamente não se registaram episódios de poluição por ozono.

ULTRAPASSAGENS AO LIMIAR DE INFORMAÇÃO AO PÚBLICO E ESTAÇÕES QUE MONITORIZAM O OZONO TROPOSFÉRICO

Ultrapassagens (nº de dias) e Estações (nº)



Fonte: CCDR, 2006



> As concentrações anuais de fundo de partículas inaláveis (PM₁₀ - partículas com diâmetro inferior a 10 mm) têm vindo a apresentar uma tendência para diminuir;

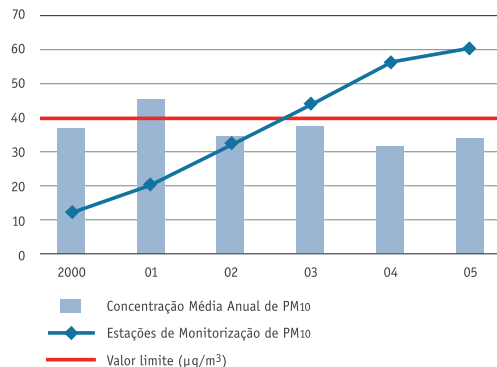
> Em 2004 e 2005 este valor foi de 31 µg/m³, encontrando-se dentro dos limites legais estabelecidos (40 µg/m³);

> O ano de 2001 foi aquele em que a concentração média anual de partículas foi mais elevada (45 µg/m³);

> Em 2005, das 20 áreas monitorizadas, sete ultrapassaram os valores limites diários de PM₁₀. Dessas, seis são aglomerações das regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo, e ainda a zona industrial de Estarreja.

CONCENTRAÇÃO MÉDIA ANUAL DE PARTÍCULAS (PM₁₀) E ESTAÇÕES QUE MONITORIZAM AS PARTÍCULAS




Concentração de PM₁₀ (µg/m³) e Estações (nº)



Fonte: CCDR, 2006

Utilização e Poluição da Água



INDICADOR	MODELO DPSIR*	TENDÊNCIA	SÍNTESE TEMÁTICA
Captação e Consumo de água	P		Cerca de 92% da população está servida por sistemas de abastecimento de água e cerca de 80% (PEASAAR) com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais. Há contudo que investir na eficiência de uso da água, controlando as perdas e fugas nas redes e induzindo à poupança de água.
População com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas	R		O Plano Nacional da Água e o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água apresentam respostas concretas para fazer face a estas pressões. Não obstante os investimentos que têm vindo a ser feitos ao nível das infra-estruturas de tratamento de águas residuais urbanas e industriais e as melhorias registadas na qualidade de várias massas de água, ainda é necessário continuar a actuar ao nível do controlo da poluição pontual e difusa das águas.
Qualidade das águas superficiais e balneares	E		

* DPSIR

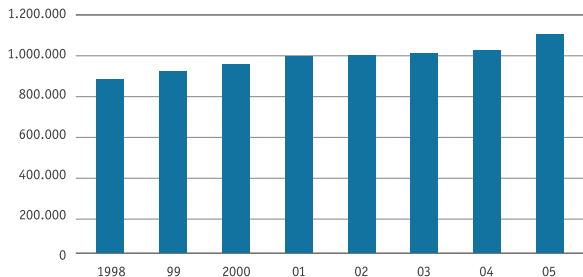
D - *Driving forces* - Actividade Humana | **P** - *Pressures* - Pressão | **S** - *State* - Estado | **I** - *Impacts* - Impacte | **R** - *Responses* - Resposta



- > Em 2005 o caudal captado para abastecimento público aumentou para cerca de 1 100 milhões de m³;
- > O ano de 2005 foi de seca declarada e generalizada em todo o Continente;
- > O consumo de água de abastecimento foi de 655 200 m³ em 2005, diminuindo cerca de 2% em relação ao ano anterior;
- > Nesse ano, 92,3% da população residente foi servida por sistemas públicos de abastecimento de água.

CAUDAL CAPTADO PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO (EXCLUI SECTORES AGRÍCOLA E ENERGÉTICO) E CONSUMO DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO

Caudal captado para abastecimento (10³m³)



Nota: Os dados de 2005 são preliminares.

Fonte: INE, 2005 (dados até 2004); INAG, 2006 (dados de 2005)

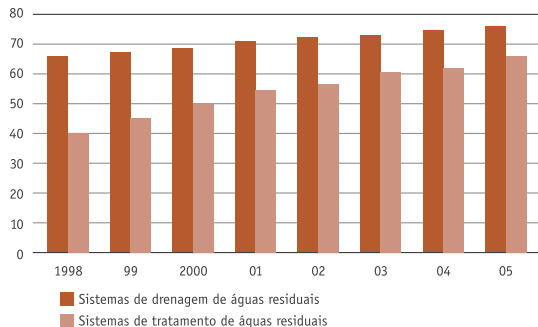


> Em 2005 cerca de 76% da população portuguesa encontrava-se servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais urbanas, e 66% tinha águas residuais ligadas a sistemas de tratamento;

> Nesse ano, da população com sistemas de tratamento de águas residuais urbanas, 58% era servida por Estações de Tratamento de Águas Residuais e 8% por fossas sépticas colectivas.

POPULAÇÃO COM SISTEMAS PÚBLICOS DE DRENAGEM E DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS

População residente com sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais (% da população residente)



Nota: Os dados de 2005 são preliminares.

Fonte: INE, 2005 (dados até 2004); INAG, 2006 (dados de 2005)

17 Qualidade das águas superficiais e balneares

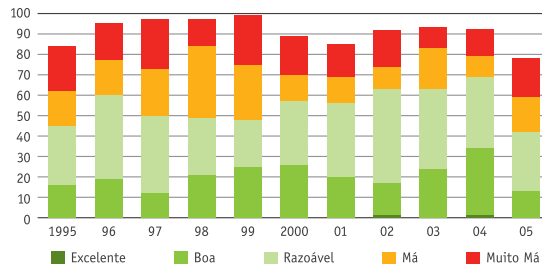
> Em 2005 a qualidade da água em 46% das estações de monitorização analisadas foi classificada "Má" ou "Muito Má", havendo ainda um grande número de estações (37% do n.º total de estações) classificado como "Razoável";

> Nesse ano as situações mais preocupante ocorreram nas bacias hidrográficas dos rios Lis, Ave e Leça;

> Em contrapartida, desde 2001 a qualidade das águas destinadas à prática balnear tem vindo a melhorar significativamente.

QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

Classificação da qualidade da água (n.º de estações analisadas)



Fonte: INAG, 2006

Ocupação do Território e Biodiversidade



INDICADOR	MODELO DPSIR*	TENDÊNCIA	SÍNTESE TEMÁTICA
Artificialização do solo	P	●	<p>Em Portugal uma das principais alterações de ocupação do solo foi o crescimento dos "Territórios artificializados", substituindo essencialmente espaços agrícolas e floresta.</p> <p>O território nacional tem sido objecto de inúmeras pressões, das quais se destacam os incêndios florestais, que em 2005 atingiram vastas áreas (338 262 ha).</p> <p>Os principais factores de ameaça às espécies faunísticas estão relacionados com a destruição, degradação e fragmentação dos habitats naturais, resultantes de acções do Homem; algumas dessas espécies estão sujeitas a intervenções tendo em vista a sua recuperação e a maioria está incluída em áreas com estatuto de protecção legal.</p> <p>O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, bem como outros instrumentos de gestão territorial, dos quais se destacam os planos de ordenamento das áreas protegidas e o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, são ferramentas fundamentais para a resolução integrada destes problemas.</p>
Espécies ameaçadas	E	●	
Áreas classificadas	R	●	
Agricultura biológica	R	●	
Incêndios florestais	P	●	

* DPSIR

D - *Driving forces* - Actividade Humana | P - *Pressures* - Pressão | S - *State* - Estado | I - *Impacts* - Impacte | R - *Responses* - Resposta



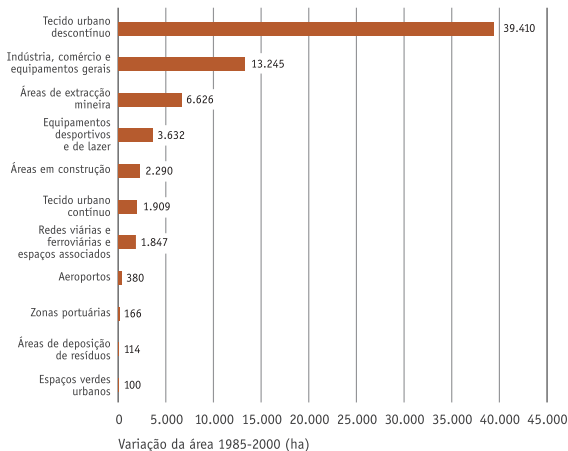
> Entre 1985 e 2000 os "Territórios artificializados" aumentaram cerca de 41% em Portugal continental;

> O aumento desta classe fez-se essencialmente sobre espaços anteriormente ocupados por "Agricultura";

> O Algarve foi a região onde se registou o maior crescimento dos "Territórios artificializados" (55%);

> Em 2000 o "Tecido urbano descontinuo" constituía cerca de 67% dos "Territórios artificializados".

VARIAÇÃO DA ÁREA DE CADA CLASSE DOS "TERRITÓRIOS ARTIFICIALIZADOS" ENTRE 1985 E 2000



Fonte: IA, 2005

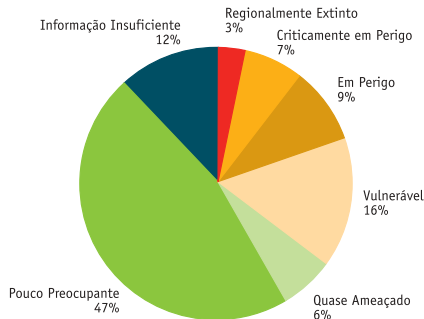


> Os principais factores de ameaça à biodiversidade identificados estão relacionados com a destruição, degradação e fragmentação dos habitats naturais, resultantes de acções do Homem;

> Das entidades avaliadas, 42% estavam abrangidas pelas três categorias de ameaça ("Críticamente em Perigo", "Em Perigo" e "Vulnerável") e também pelas categorias "Quase Ameaçado" e "Regionalmente Extinto";

> O grupo dos peixes dulciaquícolas e migradores foi aquele que apresentou a percentagem mais elevada de entidades classificadas em categorias de ameaça ou quase ameaçadas (69%).

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA CLASSIFICAÇÃO DAS ENTIDADES AVALIADAS EM PORTUGAL NO LIVRO VERMELHO DOS VERTEBRADOS DE PORTUGAL 2005



Fonte: ICN, 2005



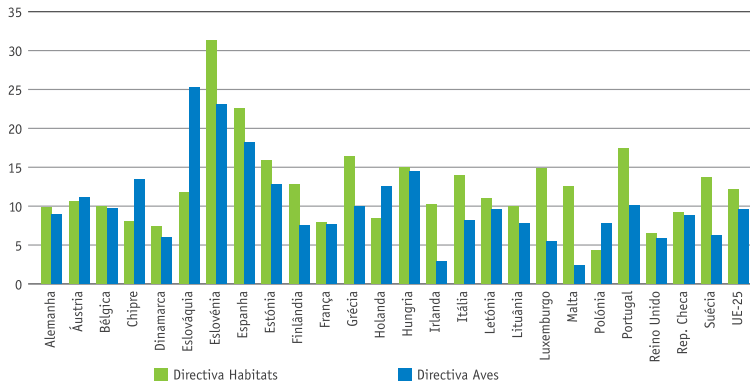
> Em Portugal continental estão classificadas 29 Zonas de Protecção Especial e 60 Sítios, cuja superfície corresponde, seu conjunto, a cerca de 20,5% do território do Continente, mais 109 010 ha de área marinha;

> No conjunto, as áreas terrestres classificadas ao abrigo das Directivas Aves e Habitats e a Rede Nacional de Áreas Protegidas correspondem aproximadamente a 21,3% da superfície do território continental, mais 111 206 ha de área marinha;

> Ao abrigo das Directivas Aves e Habitats, Portugal continental apresenta uma área classificada equivalente a 10 e 17% do território da UE-25, respectivamente, não se encontrando contabilizados nestes valores a área marinha classificada por força das mesmas Directivas.

PERCENTAGEM DO TERRITÓRIO NACIONAL DE CADA UM DOS ESTADOS-MEMBROS CLASSIFICADO COMO SÍTIO AO ABRIGO DA DIRECTIVA HABITATS E COMO ZONA DE PROTECÇÃO ESPECIAL AO ABRIGO DA DIRECTIVA AVES

% do território nacional classificado



Fonte: Comissão Europeia, 2006



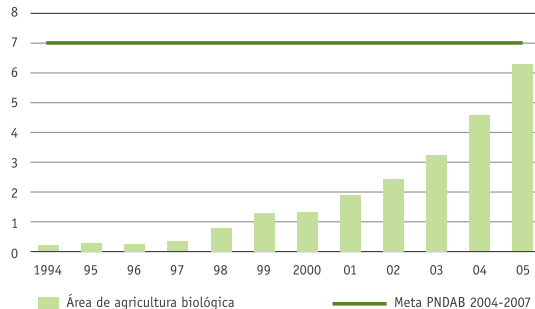
> Em 2005, as áreas de agricultura biológica representavam 6,3% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), sendo que o Alentejo continua a ser a região onde a agricultura biológica tem uma maior expressão;

> No mesmo ano, 66% da área dedicada à agricultura biológica era ocupada por pastagens;

> Em 2002, estas áreas em Portugal ainda eram pouco significativas quando comparadas com as dos restantes países da UE-25, sobretudo os do Norte da Europa.

PERCENTAGEM DA ÁREA DE AGRICULTURA BIOLÓGICA EM RELAÇÃO À SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (SAU) EM PORTUGAL CONTINENTAL

% da área de agricultura biológica no total da SAU



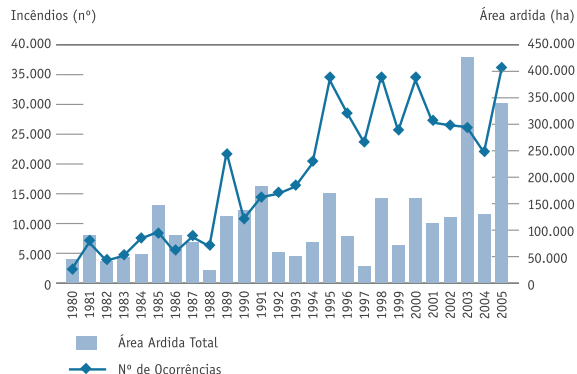
Nota: PNDAB - Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica.

Fonte: IDRH, 2006



- > Em 2005 registaram-se 35 697 incêndios, correspondendo a 338 262 ha de área ardida;
- > As maiores extensões de área ardida registaram-se nos distritos da Coimbra, Viseu e Vila Real;
- > Verificou-se que o número de incêndios, a área ardida no continente e a área ardida na Rede Nacional das Áreas Protegidas (RNAP), foram superiores à média anual dos últimos 13 anos (1992-2004);
- > O Parque Natural da Serra da Estrela foi a Área Protegida mais atingida em 2005, com uma área ardida correspondente a 56% da totalidade da área ardida na RNAP.




INCÊNDIOS FLORESTAIS EM PORTUGAL CONTINENTAL



Fonte: DGRF, 2006

Resíduos



INDICADOR	MODELO DPSIR*	TENDÊNCIA	SÍNTESE TEMÁTICA
Produção de resíduos urbanos	P		Portugal apresenta uma das mais baixas capitações de resíduos urbanos da UE-25, tendo cumprido em 2005 a meta nacional para a produção de resíduos urbanos prevista para esse ano. Os planos estratégicos nestas matérias têm presente a importância da prevenção da produção de resíduos. Embora tenha havido algumas melhorias no que diz respeito ao tratamento e destino final de resíduos, o cumprimento das metas nacionais estabelecidas para 2005 ficou aquém do previsto. Em Janeiro de 2006 foi aprovado o Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados com o objectivo de recuperar o atraso verificado no cumprimento das metas europeias, em particular no que diz respeito à reciclagem e à valorização.
Recolha selectiva e destino dos resíduos urbanos	R		
Valorização dos resíduos urbanos	R		

* DPSIR

D - *Driving forces* - Actividade Humana | P - *Pressures* - Pressão | S - *State* - Estado | I - *Impacts* - Impacte | R - *Responses* - Resposta

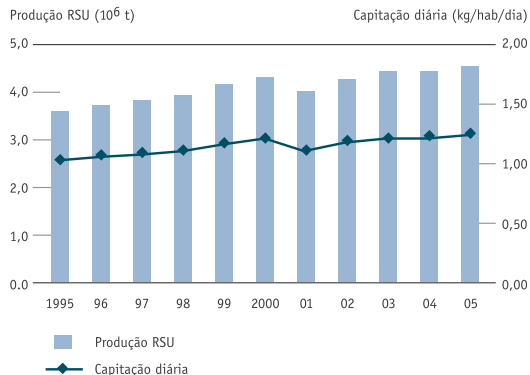


> Portugal produziu, em 2005, 4,9 milhões de toneladas de resíduos urbanos, cumprindo o Continente a meta prevista no Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos para esse ano (4,5 milhões de toneladas);

> Cada habitante de Portugal continental produz diariamente cerca de 1,2 kg de RU;

> Em 2005, as Regiões onde se verificaram as maiores produções de RU foram as de Lisboa e Vale do Tejo e Norte, que contribuíram para a produção do Continente, respectivamente com 38% e 33%.

PRODUÇÃO E CAPITAÇÃO DIÁRIA DE RESÍDUOS URBANOS EM PORTUGAL CONTINENTAL



Fonte: INR, 2006

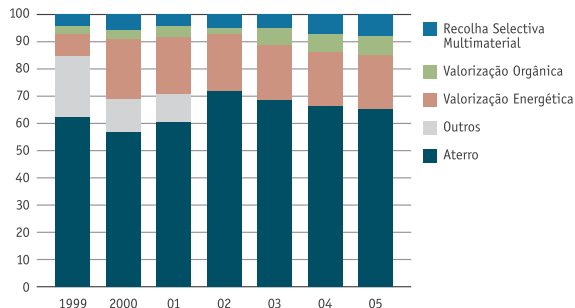
> Em 2005, cerca de 65% dos resíduos urbanos produzidos no Continente tiveram como destino o aterro sanitário, 20% a valorização energética, 8% a recolha selectiva multimaterial e 7% a valorização orgânica;

> Estes valores ficam aquém das metas estabelecidas no PERSU para 2005, que apontava para que fossem atingidos 25% através de valorização orgânica e 25% através de recolha selectiva multimaterial;

> Na Região Autónoma dos Açores, a recolha selectiva atingiu os 55% e na região Autónoma da Madeira, a valorização energética os 74%.

RECOLHA SELECTIVA E DESTINO DOS RESÍDUOS URBANOS EM PORTUGAL CONTINENTAL

Destino final de RU em Portugal continental (% do total de RU)



Nota: A categoria "Outros" inclui lixeiras (1999-2002) e vazadouros controlados (2003-2005); a recolha selectiva multimaterial, com vista à reciclagem, inclui as embalagens, papel/cartão, vidro e pilhas recolhidos nos ecopontos, porta-a-porta e ecocentros; a "valorização orgânica", para o ano de 2005, inclui também a valorização orgânica de RUB.

Fonte: INR, 2006



> Em 2004, a taxa de reciclagem de resíduos de embalagem atingiu os 41% e a taxa de valorização de embalagens foi de 48%;

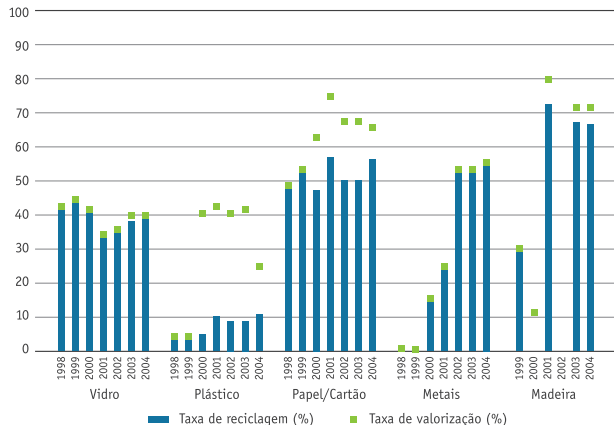
> Os resíduos de embalagens plásticas foram os que apresentaram a taxa de reciclagem mais baixa (11%) e os resíduos de embalagens de madeira os que apresentaram a taxa de reciclagem mais elevada (66%);

> As taxas de reciclagem dos resíduos de embalagens de papel/cartão e de vidro atingiram os 56% e os 39%, respectivamente;

> Das cerca de 1 500 kt de resíduos de embalagens geridos em Portugal em 2005, a Sociedade Ponto Verde retomou 18% (274 kt), das quais 14% foram provenientes dos Sistemas de gestão de resíduos urbanos, 4% do comércio/distribuição e 0,1% da indústria.

TAXAS DE RECICLAGEM E DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGEM EM PORTUGAL


Taxas de reciclagem e valorização (% dos resíduos de embalagem recolhidos)



Fonte: INE, 2006; IA, 2006; DGGE, 2006

Ruído



INDICADOR	MODELO DPSIR*	TENDÊNCIA	SÍNTESE TEMÁTICA
Diagnóstico relativo à situação dos mapas de ruído	R		Encontram-se neste momento criadas as condições para avaliar a situação real relativa aos níveis de pressão sonora no território nacional. Os mapas de ruído, alguns ainda em fase de elaboração, permitirão que uma grande parte da população residente conheça a poluição sonora a que está exposta. Com base nesta informação será possível estabelecer planos de redução de ruído nas zonas críticas, com a consequente prevenção e controlo das emissões sonoras, diminuindo a exposição ao ruído ambiente.

*** DPSIR**

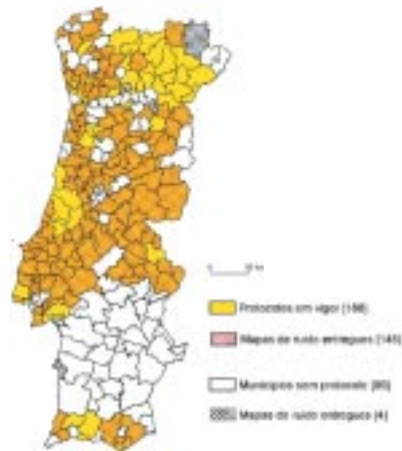
D - *Driving forces* - Actividade Humana | **P** - *Pressures* - Pressão | **S** - *State* - Estado | **I** - *Impacts* - Impacte | **R** - *Responses* - Resposta

26 Diagnóstico relativo à situação dos mapas de ruído

> Estão a decorrer, desde 2003, os trabalhos conducentes à elaboração de mapas de ruído pelos Municípios, tendo sido atribuído apoio financeiro a 188 Municípios em Portugal continental para a elaboração dos mesmos;

> Até ao final de 2005 foram entregues ao Instituto do Ambiente 145 mapas de ruído de Municípios co-financiados e quatro de Municípios não abrangidos pelo Programa de Apoio.

DIAGNÓSTICO RELATIVO À SITUAÇÃO DOS MAPAS DE RUÍDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2005



Fonte: IA, 2006

Catálogo recomendada

PORTUGAL. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Instituto do Ambiente.

Relatório do Estado do Ambiente 2005 : livro de bolso / Instituto do Ambiente.-Amadora : Instituto do Ambiente, 2006.-48 p.; 10,5 x 17 cm.

ISBN 978-972-8577-33-9

Ficha técnica

Título

Relatório do Estado do Ambiente 2005 | Livro de Bolso

Edição

Instituto do Ambiente

Autoria / Equipa de Projecto

Instituto do Ambiente

Filomena Boavida

Regina Vilão

Margarida Marcelino

Maria da Graça Espada

Universidade do Algarve

Tomás B. Ramos (Coordenação científica)

Inês Gervásio

Patrícia Liberal

Design gráfico e paginação

Instituto do Ambiente

Impressão

Artes Gráficas Lda. Eurodois

Depósito Legal

238 277/06

ISBN

978-972-8577-33-9

Tiragem

1000 exemplares

Data de edição

Dezembro 2006

Contribuíram para este Relatório as seguintes entidades:

DGGE - Direcção Geral de Geologia e Energia (MEI); DGRF - Direcção Geral dos Recursos Florestais (MADRP); DPP - Departamento de Prospectiva e Planeamento (MAOTDR); ICN - Instituto da Conservação da Natureza (MAOTDR); IDRH - Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (MADRP); IGP - Instituto Geográfico Português (MAOTDR); IM - Instituto de Meteorologia (MCTES); INAG - Instituto da Água (MAOTDR); INR - Instituto Nacional de Resíduos (MAOTDR).



Instituto do Ambiente

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROGRAMA AMBIENTE



Co-financiado pela
União Europeia - FEDER

Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal
2611-865 Amadora

email: geral@iambiente.pt
www.iambiente.pt